Do Juiz Campos Mello
Devolvido com despacho
2002377-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarujá; Ação Originária: 200200000638 Cobrança; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Campos Mello; Agyte: Raphael Zigiossi e outro; Advogado: Ismar Teixeira Cabral; Agvdo: Verana Emilia Barbosa de Faro e outro; Advogado: Ranieri Cecconi Neto, Cláudio Lopes Tosta.
Devolvido à mesa
2002377-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarujá; Ação Originária: 200200000638 Cobrança; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Campos Mello; Agyte: Raphael Zigiossi e outro; Advogado: Ismar Teixeira Cabral; Agvdo: Verana Emilia Barbosa de Faro e outro; Advogado: Ranieri Cecconi Neto, Cláudio Lopes Tosta.

Do Juiz Beretta da Silveira
Devolvido com despacho
2002382-7 Agravo de Instrumento
Comarca: São Paulo; Ação Originária: 200400018236 Execução (outros); Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Beretta da Silveira; Agyte: Roberto Bonduki Bez; Advogado: Fernando Barbosa de Moura; Agvdo: Celso Lourenço e outro; Advogado: Sandra Regina Costa de Mesquita.

Do Juiz Campos Mello
Devolvido com despacho
2002400-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Guarulhos; Ação Originária: 200200002554 Indenização; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Campos Mello; Agyte: Estacionamento Central Ltda; Advogado: Alessandra Cristina de Paula Kasten; Agvdo: Sergio Pereira; Advogado: Wilson Roberto Balduino, Enos Florentino Santos.
Do Juiz Beretta da Silveira
Devolvido com despacho
2002450-0 Agravo de Instrumento
Comarca: Pindamonhangaba; Ação Originária: 200400001364 Declaratória; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Beretta da Silveira; Agyte: Marta Maria Souza de Oliveira; Advogado: Ana Marta Silva Mendes Souza, Anna Karina da Guia Temer; Agvdo: Telesp Telecomunicações de São Paulo S/a; Advogado: Nada Consta.

2002458-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Tietê; Ação Originária: 200400000478 Exceção de Incompetência; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Beretta da Silveira; Agyte: Playgrund Confeções Ltda E. P. P.; Advogado: Mario Cesar de Almeida; Advogado: Rafael Augusto Baptista Juliano, Tatiana Fernanda Cesarino da Fonseca; Agvdo: Banco Itaú S/a; Advogado: Nada Consta.

Do Juiz Campos Mello
Devolvido com despacho
2002472-6 Agravo de Instrumento
Comarca: Rio Claro; Ação Originária: 200400000138 Declaratória; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Campos Mello; Agyte: Mario Cesar de Almeida; Advogado: Rafael Augusto Baptista Juliano, Tatiana Fernanda Cesarino da Fonseca; Agvdo: Banco Itaú S/a; Advogado: Nada Consta.

Do Juiz Beretta da Silveira
Devolvido com despacho
2002504-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Diadema; Ação Originária: 200400002664 Anulatória; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Matheus Fontes; Agyte: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/a; Advogado: Paulo Roberto Mancusi, Carlos Alberto Mancusi; Agvdo: Geraldo Pereira Lopes (Just Grat); Advogado: Cecília Silveira Gonçalves.

Do Juiz Andrade Marques
Devolvido com despacho
2002510-1 Agravo de Instrumento
Comarca: São Paulo; Ação Originária: 200400090595 Declaratória; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Araldo Telles; Agyte: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/a; Advogado: Paulo Roberto Mancusi, Carlos Alberto Mancusi; Agvdo: Maria Ednavanda Nunes (Just Grat); Advogado: Jose Viviani Ferraz.

Do Juiz Beretta da Silveira
Devolvido com despacho
2002517-0 Agravo de Instrumento
Comarca: São Paulo; Ação Originária: 200400112058 Declaratória; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Beretta da Silveira; Agyte: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/a; Advogado: Paulo Roberto Mancusi, Carlos Alberto Mancusi; Agvdo: Gilmar Bueno de Camargo; Advogado: Roberto de Almeida Gallego.

Do Juiz Campos Mello
Devolvido com despacho
2002539-6 Agravo de Instrumento
Comarca: São Paulo; Ação Originária: 200400125255 Medida Cautelar; Órgão Julgador: 12ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Campos Mello; Agyte: Banco Hsbc Bank Brasil S/a Banco Múltiplo; Advogado: Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim, Aluizio José de Almeida Cherubini, Luciano Velasque Rocha; Agvdo: Interclínicas Planos de Saúde S/a; Advogado: Fernando Campos Scaff.

SEÇÃO VIII

INTIMAÇÕES DE DESPACHOS
DTS do Expediente da Div. Jud. I - sala 115
1329085-2/02 Agravo Regimental
Comarca: São Paulo; Ação Originária: 200100021459 Embargos a Execução Cambial; Agyte: Jose Humberto de Souza (Just Grat) e outro; Advogado: Paulo Vicente Carneiro; Agvdo: Exmo Sr Juiz Vice-Presidente do Egrégio Primeiro Tribunal de Alçada Civil; Interessado: Cia Vale do Rio Doce; Advogado: Nada Consta.
À Mesa. Int. SP 22/12/2004. OSCARLINO MOELLER, Vice-Presidente. Sala 115
D.T.S. do Expediente da Div. Jud. I - sala 115
2002247-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Americana; Ação Originária: 200400002332 (); Agyte: Osmar Palmieri; Advogado: Walcir Alberto Pinto; Agvdo: Maria de Fátima Costa; Advogado: Nada Consta.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto em ação relativa a coisa comum.

Remeta-se ao Egrégio Tribunal de Justiça (Seção de Direito Privado), com as cautelas de estilo.São Paulo, 23 de dezembro de 2004.OSCARLINO MOELLER,Vice-Presidente. sala 115

2002256-2 Agravo de Instrumento
Comarca: Piedade; Ação Originária: 200400000167 Indenização; Agyte: Banespa S/a Serviços Técnicos Administrativos e de Corretagem de Seguros; Advogado: Alexandre Simone, Alessandra das Graças Egêa; Agvdo: Mirna Sheila Margheri Chaves de Mello; Advogado: Renato Lima Junior.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto em ação relativa a seguro residencial.
Remeta-se ao Egrégio Tribunal de Justiça (Seção de Direito Privado), com as cautelas de estilo.São Paulo, 23 de dezembro de 2004.OSCARLINO MOELLER,Vice-Presidente. sala 115

2002281-5 Agravo de Instrumento
Comarca: Mogi Mirim; Ação Originária: 200400000407 Prestação de Contas; Agyte: Maria Iraídes Dantas Carvalho; Advogado: Joao Eduardo Vicente; Agvdo: José de Carvalho e outro; Advogado: Jose Carlos Furigo.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto em ação relativa a mandato.Remeta-se ao Egrégio Segundo Tribunal de Alçada Civil, com as cautelas de estilo.São Paulo, 23 de dezembro de 2004.OSCARLINO MOELLER,Vice-Presidente. SALA 115

2002285-3 Agravo de Instrumento
Comarca: Garça; Ação Originária: 200300000958 Declaratória; Agyte: Enzo Bonfim Ribeiro Arena (p/ s/ mãe); Advogado: Adilson de Oliveira Lopes; Agvdo: Breno Ribeiro Arena; Advogado: Ildemar Daun.
Cuida-se de agravo de instrumento interposto em ação cautelar de modificação de cláusula em acordo homologado sobre visitas a menor.Remeta-se ao Egrégio Tribunal de Justiça (Seção de Direito Privado), com as cautelas de estilo.São Paulo, 23 de dezembro de 2004.OSCARLINO MOELLER,Vice-Presidente. sala 115

3002101-3 Apelação
Comarca: Barueri; Ação Originária: 200200002305 Cobrança; Apte: Martinho da Silva Prado Neto; Advogado: Silvana Machado Cella, Viviane de Cássia Darr; Apte: Alberto da Silva Prado e outros; Advogado: Carlos Augusto de A Maranhao Jr, Giorgio Telesforo Cristofani; Apte: Ruy da Silva Prado; Advogado: Giorgio Telesforo Cristofani; Apdo: Os Mesmos; Advogado: Os Mesmos.
Fls. 335/343:Primeiramente, saliente-se a ausência do 1º volume dos autos da Medida Cautelar nº 2304/02, conforme estampado às fls. 333, pela Secretaria desta Corte.

No mais, em face da notícia de acordo encaminhada pelo MM. Juiz "a quo", via fac-símile da petição subscrita pelos advogados constituídos neste feito pelos apelantes, restam prejudicados os recursos interpostos.Baixem os autos ao Juízo de origem, para que lá sejam examinadas as demais questões.São Paulo, 22 de dezembro de 2004.OSCARLINO MOELLER,Vice-Presidente. sala 115

D.T.S. do Quarto Cartório - sala 209
1229630-5/02 Embargos Infringentes
Comarca: São Paulo; Ação Originária: 200200200556 Indenização; Embgte: Cia Paulista de Trens Metropolitanos Cptm; Advogado: Carlos Eduardo Sanfins Arnoni, Mauro de Moraes; Embgo: Francisca de Assis Silva (p/sí e P/seus Filhos (Just Grat) e outros; Advogado: Célio Cristiano Teixeira Simões.
À Procuradoria Geral de Justiça. S.P. 14.12.2004. (a) PAULO ROBERTO DE SANTANA - Relator (sala 209).

4ª Câmara
D.T.S. do Quarto Cartório - sala 209
1326721-1/02 Reclamação
Comarca: Pacaembu; Ação Originária: 200400000008 Mandado de Segurança; Órgão Julgador: 4ª Câmara; Rel.Sorteado: Juiz Virgílio de Oliveira Júnior; Reclte: Posto Center Car de Pacaembu Ltda; Advogado: Rauph Aparecido Ramos Costa, Fabio Martins Ramos; Recldo: Mm. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Pacaembu; Interessado: Gerente Regional da Empresa Elektro Eletricidade e Serviços S/a; Advogado: Ricardo Gazolla, Luciana de Oliveira Nascimento.

A competência é do Sr. Relator, nos termos do art. 13, parágrafo único, da Lei nº 8.038/90, combinado com o art. 298, parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal. Encaminhe-se, pois. D.R.A., com urgência. São Paulo, 27 de dezembro de 2004. (a) MAURÍCIO FERREIRA LEITE - Presidente. (sala 209)

SEÇÃO XIII

ATOS DO SECRETÁRIO
LICENÇA-PRÊMIO
Concedendo à interessada abaixo, com fundamento nos artigos 209-210 da Lei 10.261/68, licença-prêmio, referente ao período a seguir indicado: INAIA FERNANDES DA SILVA DELELLIS, matrícula 4278, 90 dias - período de 28/12/1999 a 25/12/2004.
D.T.S. Contagem de Tempo e Arquivo
LICENÇA-PRÊMIO
Concedendo à interessada abaixo, com fundamento nos artigos 209-210 da Lei 10.261/68, licença-prêmio, referente ao período a seguir indicado: ONEZINDA PEREZ CAMPANELLA, matrícula 2828, 90 dias - período e 29/12/1999 a 26/12/2004.D.T.S. Contagem de Tempo e Arquivo
LICENÇA-PRÊMIO
Concedendo à interessada abaixo, com fundamento nos artigos 209-210 da Lei 10.261/68, licença-prêmio, referente ao período a seguir indicado: FUMIE ORITA, matrícula 3489, 90 dias - período de 29/12/1999 a 26/12/2004.
D.T.S. Contagem de Tempo e Arquivo

Segundo Tribunal de Alçada Civil

SEÇÃO VIII

MAGISTRATURA
Atos da E. Presidência:
Deferindo os pedidos formulados pelo Excelentíssimo Senhor Juiz FERNANDO SÉRGIO PRADO PEREIRA , relativos à anotação de compensação.

Tribunal Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO Nº 157/2004

O Excelentíssimo Senhor Presidente do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, Desembargador ALVARO LAZZARINI, no uso de suas atribuições, "ad referendum" da Corte e considerando a necessidade de disciplinar, no âmbito estadual, a cessão do sistema eletrônico de votação para utilização em eleições não-oficiais prevista pela Resolução nº 19.877, de 17 de junho de 1997, do Colendo Tribunal Superior Eleitoral,

RESOLVE:
Art. 1o - O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo poderá ceder, a título de empréstimo, o sistema eletrônico de votação (urna eletrônica e programas), para utilização em eleições não-oficiais, visando à divulgação do voto informatizado.
Art. 2o - As entidades organizadas, que prestem serviços à comunidade, poderão solicitar a cessão dos equipamentos e dos recursos necessários à realização do pleito informatizado, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data da eleição.

§ 1o - As entidades sediadas na Capital devem protocolizar seus pedidos na Secretaria deste Tribunal.

§ 2o - As entidades sediadas no Interior apresentarão suas solicitações ao Juiz da Zona Eleitoral correspondente, que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, as encaminhará a este Tribunal acompanhadas de parecer prévio sobre a conveniência e oportunidade do pedido.

Art. 3o - Os requerimentos deverão ser instruídos com:
I - relatório de levantamento da situação dos locais onde os equipamentos serão instalados, onde deverão constar as condições das instalações elétricas, as condições ambientais (temperatura, umidade, poeira), a existência da área mínima de 20 metros quadrados para o funcionamento da seção eleitoral, bem assim outras situações consideradas relevantes ao bom funcionamento e à preservação da integridade dos equipamentos, podendo utilizar-se, para tanto, do formulário constante do Anexo I;
II - data e horário da eleição;
III - locais de votação;
IV - quantidade de equipamentos pretendida;
V - número de eleitores com direito a voto;
VI - composição da comissão eleitoral, com respectivos telefones e/ou endereços eletrônicos;
VII - quais os cargos em disputa;
VIII - quantidade de candidatos ou chapas concorrentes ou o prazo para encerramento de seus registros;
IX - intenção de utilização de fotos dos candidatos.

Art. 4o - Verificada a ausência de qualquer um dos itens constantes do artigo anterior, o Juiz Eleitoral - no Interior - ou o Secretário da Judiciária - na Capital - expedirá ofício à entidade solicitante para que saneie a instrução no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de indeferimento.

Art. 5o - Recebido o pedido neste Tribunal, deverá ser encaminhado à Secretaria Judiciária para registro, autuação e prestação das informações cabíveis. Após os autos serão remetidos à Assessoria Técnica, para análise jurídica da solicitação, e à Secretaria de Informática, que se manifestará sobre a viabilidade técnica do pedido.

Parágrafo único - Os autos seguirão ao Diretor-Geral que, de posse desses elementos, emitirá parecer sobre a conveniência, oportunidade e existência de condições jurídicas e técnicas para atendimento da solicitação.

Art. 6o - O Tribunal Regional Eleitoral, em sessão administrativa, decidirá sobre a cessão, levando em conta os benefícios advindos da utilização do sistema e os pareceres prévios do Juiz Eleitoral ou do Diretor-Geral da Secretaria, conforme se trate de entidade sediada no Interior ou na Capital, respectivamente.

Art. 7o - A entidade solicitante arcará com todos os custos decorrentes da cessão do sistema, dentre eles os relativos às despesas de levantamento, transporte para as localidades do evento, materiais e suprimentos necessários e o pagamento de diárias, transporte, alimentação e de serviços extraordinários realizados pelos servidores, sendo-lhe apresentado prévio orçamento das despesas, com o qual a mesma deverá manifestar sua expressa concordância.

Art. 8o - Deferido o pedido, incumbirá ao Juiz Eleitoral, se no Interior, ou ao Diretor-Geral da Secretaria, se na Capital, firmar contrato de cessão do Sistema Eletrônico de Votação, com o responsável indicado pela entidade solicitante, cujo instrumento deverá atender ao modelo a ser fixado por Ato da Presidência.

Art. 9o - Durante os trabalhos eleitorais, a entidade requerente será responsável pela preservação da tranqüilidade do processo eleitoral, da integridade física das pessoas presentes e dos equipamentos cedidos, bem como pelo livre trânsito dos servidores designados para acompanhar os procedimentos do pleito, devendo adotar as medidas de segurança determinadas por este Tribunal.

Art. 10o (É expressamente proibida a utilização de qualquer programa na urna eletrônica que não seja o seu sistema operacional original ou qualquer programa aplicativo, além daqueles fornecidos pela Justiça Eleitoral, sendo igualmente vedada a cópia total ou parcial do software da urna eletrônica, assim como quaisquer alterações, nos termos da Lei nº 7.646, de 18 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual sobre programas de computador e sua comercialização.

Art. 11 - Em caso de suspensão da eleição, deve tal decisão ser informada o mais breve possível à Justiça Eleitoral para as providências pertinentes à não realização dos trabalhos.

Art. 12 - O projeto da urna eletrônica, de propriedade da Justiça Eleitoral, assenta-se no sigilo de seu funcionamento, garantindo a segurança e a integridade dos resultados eleitorais.

Parágrafo único - De forma a resguardar a transparência do processo, é obrigatória a emissão de pelo menos uma via do relatório denominado zeríssima antes do início da votação e do boletim de urna no seu encerramento.

Art. 13 - Será indeferida a cessão do Sistema Eletrônico de Votação para pleitos não-oficiais que se realizem:

I - nos 120 (cento e vinte) dias que antecedem à realização de eleições;

II - nos períodos de carga de baterias e vistorias das urnas eletrônicas, fixados pelo Tribunal Superior Eleitoral;

III - em anos que ocorrem eleições, nos 30 (trinta) dias anteriores e nos 30 (trinta) dias posteriores à data prevista para o encerramento do alistamento eleitoral;

IV - no período em que as urnas eletrônicas ainda estiverem lacradas, após a realização das eleições.

V - até sessenta dias após o trânsito em julgado da diplomação dos eleitos em eleições oficiais.

Art. 14 - Os equipamentos cedidos, ao término de sua utilização e antes de seu armazenamento, deverão ser inspecionados por técnicos da Justiça Eleitoral, sendo providenciado, se

necessário, seu reparo e reposição de componentes, cabendo à entidade requerente arcar com os devidos custos.

Art. 15 - Ao final do processo eleitoral, a entidade requerente receberá uma cópia dos resultados em meio magnético.

Parágrafo único - Os arquivos relativos à eleição permanecerão em poder deste Tribunal pelo prazo de 30 (trinta) dias após o pleito, findo o qual serão apagados, assim como descartados cadernos de votação ou listas de eleitores que tenham ficado em poder dos cartórios eleitorais.

Art. 16 - Os dados relativos aos candidatos e chapas concorrentes à eleição serão informados à Secretaria de Informática deste Tribunal até 30 (trinta) dias antes do pleito, através do preenchimento, pela entidade, do formulário constante no Anexo II.

Art. 17 - Fica o Diretor-Geral autorizado a definir, por ato próprio, as atribuições das dependências da Secretaria que visem à cessão do Sistema Eletrônico de Votação e à realização de eleições não-oficiais.

Art. 18 - Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 19 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, aos 27 de dezembro de 2004.

Alvaro Lazzarini
Presidente

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SÃO PAULO

PORTARIA Nº 05/2004		
O Procurador Regional Eleitoral no Estado de São Paulo , no exercício de suas atribuições legais e, em especial, nos termos dos arts. 72, 77, in fine e 79, parágrafo único da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,		
CONSIDERANDO a lista de indicações de Promotores de Justiça encaminhada pelo Exmo. Senhor Procurador-Geral de Justiça através do Ofício nº 08.531/2004, de 15/12/2004;		
C CONSIDERANDO o período de duração das designações previsto, como regra geral, na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e, em especial, em seu art. 216,		
R E S O L V E		
DESIGNAR para oficiarem, no período de 1º de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2006, na condição de Promotores Eleitorais perante as Zonas Eleitorais do Estado de São Paulo, respectivamente indicadas, os Exmos. Senhores Promotores de Justiça nominados na relação anexa.		
Dê-se ciência da presente Portaria ao Exmo. Sr. Procurador-Geral Eleitoral, ao Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, ao Exmo. Sr. Presidente do E. Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e aos Exmos. Promotores de Justiça designados.		
Publique-se no D.O.U. e no D.O.E.		
São Paulo, 28 de dezembro de 2004.		
MARIO LUIZ BONSAGLIA		
Procurador Regional Eleitoral		
ANEXO - PORTARIA Nº 05/2004		
ZONA LOCAL	PROMOTOR	CARGO
001 BELA VISTA	IVAN FRANCISCO P. AGOSTINHO	2º PJ REGISTROS PÚBLICOS
002 PERDIZES	REGINA CÉLIA RIBEIRO	3º PJ REGISTROS PÚBLICOS
003 SANTA EFIGÊNIA	MARIA DOLORES MARCHIORI FANTONI	5º PJ EXECUÇÕES CRIMINAIS
004 MOOCA	MONICA DE BARROS M. DESINANO	17º PJ ACIDENTES DO TRABALHO
005 JARDIM PAULISTA	FERNANDO HERNANDEZ JOSÉ	47º PJ CRIMINAL
006 VILA MARIANA	RUY VALENTE DA SILVA	1º PJ CÍVEL DO JABAQUARA
007 AGUDOS	JÚLIO CÉSAR ROCHA PALHARES	PJ
008 AMPARO	LEONARDO LIBERATTI	2º PJ
009 ANDRADINA	PAULO CÉZAR LARANJEIRA	2º PJ
010 APIÁI	MARCELLO DE SALLES PENTEADO	PJ
011 ARAÇATUBA	SERGIO RICARDO M. EVANGELISTA	2º PJ
012 PARAGUAÇU PAULISTA	LUIS FERNANDO ROCHA	1º PJ
013 ARARA-QUARA	ROBERTO BACAL	4º PJ
014 ARARAS	RENATO FANIN	4º PJ
015 ASSIS	CARLOS HENRIQUE APARECIDO RINARD	2º PJ
016 ATIBAIA	ANA BEATRIZ PEREIRA DE S. FRONTINI	2º PJ
017 AVARÉ	RUBENS MARTINS DA SILVA	2º PJ
018 BANANAL	LUCIANE CRISTINA NOGUEIRA LUCAS	PJ
021 BARRETOS	ADRIANA NOGUEIRA FRANCO C. LIMA	3º PJ
022 BATATAIS	HILTON MAURÍCIO DE ARAÚJO FILHO	1º PJ
023 BAURU	LIBÓRIO ALVES A. DO NASCIMENTO	1º PJ
024 BEBEDOURO	FÁBIO ROBERTO ROSSI CONSTANTINI	1º PJ
025 BIRIGUI	JOEL FURLAN	2º PJ
026 BOTUCATU	PAULO SERGIO ABUJAMRA	5º PJ
027 BRAGANÇA PAULISTA	KELLY CRISTINA ALVARES FEDEL	4º PJ
028 BROTAS	JOSÉ FORTUNATO NETO	PJ
029 CAÇAPAVA	DANIEL SERRA AZUL GUIMARÃES	1º PJ
030 CACONDE	FAUSTO ERNANI GONÇALVES JARDIM	PJ
031 CAFELÂNDIA	ROGÉRIO ROCCO MAGALHÃES	PJ
033 CAMPINAS	CARLOS EDUARDO AYRES DE FARIAS	10º PJ
034 VALINHOS	PAULO ANTONIO LUDKE DE OLIVEIRA	1º PJ
035 CAMPOS DO JORDÃO	SEBASTIÃO JOSÉ PENA FILHO	1º PJ
036 CANANÉIA	RICARDO NAVARRO SOARES CABRAL	PJ
037 CAPÃO BONITO	CAROLINA GUERRA ZANIN	2º PJ
038 CAPIVARI	JOSÉ JOEL DOMINGOS	1º PJ
039 CASA BRANCA	ANDREA MARIA BASTOS JUNQUEIRA	PJ